

Objectivo de investimento sustentável

Nome do produto: ODDO BHF Artificial Intelligence

Identificador de entidade jurídica: 549300JBBFN3XZYK2J67

ESTE PRODUTO FINANCEIRO TEM UM OBJECTIVO DE INVESTIMENTO SUSTENTÁVEL?

●● <input checked="" type="checkbox"/> Sim	●● <input type="checkbox"/> Não
<input type="checkbox"/> Dedicará no mínimo a investimentos sustentáveis com um objectivo ambiental: 90% <ul style="list-style-type: none"> <input checked="" type="checkbox"/> em actividades económicas qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE <input checked="" type="checkbox"/> em actividades económicas que não são qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE <input type="checkbox"/> Dedicará no mínimo a investimentos sustentáveis com um objectivo social: 0%	<input type="checkbox"/> Promove características Ambientais/Sociais (A/S) e, embora não tenha como objectivo um investimento sustentável, dedicará uma proporção mínima de N/A a investimentos sustentáveis <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> com um objectivo ambiental em actividades económicas qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE <input type="checkbox"/> com um objectivo ambiental em actividades económicas que não são qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE <input type="checkbox"/> com um objectivo social <input type="checkbox"/> Promove características A/S, mas não realizará quaisquer investimentos sustentáveis .



QUAL É O OBJECTIVO DE INVESTIMENTO SUSTENTÁVEL VISADO POR ESTE PRODUTO FINANCEIRO?

O Subfundo visa a valorização do capital investindo em acções cotadas em bolsa a nível mundial com exposição à mega tendência global “inteligência artificial” através de uma selecção de subtemas relacionados. O Subfundo tem como objectivo o investimento sustentável, na acepção do número 3 do artigo 9.º do SFDR. O objectivo de investimento sustentável do Subfundo é contribuir para a redução do carbono e aproveitar as oportunidades decorrentes da transição para uma economia de baixo carbono, para alcançar os objectivos a longo prazo do Acordo de Paris de 12 de Dezembro de 2015 para limitar o aquecimento global. O Subfundo atingirá emissões de carbono 30% inferiores às do índice de referência, o MSCI World NR, tal como medido pela intensidade de carbono (tCO2/ milhões de USD; agregado a nível de carteira incluindo o âmbito 1, âmbito 2 e âmbito 3).

QUE INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE SÃO UTILIZADOS PARA AVALIAR A REALIZAÇÃO DO OBJECTIVO DE INVESTIMENTO SUSTENTÁVEL DESTES PRODUTOS FINANCEIROS?

O objectivo de investimento sustentável é avaliado pelas emissões de CO2 associadas aos investimentos da carteira do Subfundo, tal como medido pela intensidade de carbono (tCO2/ milhões de USD; agregado a nível de carteira incluindo o âmbito 1, âmbito 2 e âmbito 3).

EXPLIQUE O MOTIVO PELO QUAL OS INVESTIMENTOS SUSTENTÁVEIS NÃO PREJUDICAM SIGNIFICATIVAMENTE NENHUM OBJECTIVO DE INVESTIMENTO SUSTENTÁVEL AMBIENTAL OU SOCIAL.

A seguinte abordagem é definida para respeitar o artigo 2.º, n.º 17, do Regulamento SFDR:

1. Exclusões de classificação: as empresas que não são seguidas pelo modelo interno da equipa de gestão e com uma Classificação ESG da MSCI de CCC e B, se a subclassificação ESG da MSCI for inferior a 3 numa das

Por “**investimento sustentável**” entende-se um investimento numa actividade económica que contribui para um objectivo de natureza ambiental ou social, desde que esse investimento não prejudique significativamente qualquer objectivo ambiental ou social e que as empresas beneficiárias do investimento

A **taxonomia da UE** é um sistema de classificação, previsto no Regulamento (UE) 2020/852, que estabelece uma lista de **actividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental**.

O referido regulamento não inclui uma lista de actividades económicas socialmente sustentáveis. Os investimentos sustentáveis com um objectivo ambiental podem ou não ser alinhados com a taxonomia.

Os **indicadores de sustentabilidade** medem a forma como são alcançados os objectivos sustentáveis deste produto financeiro.

Por **principais impactos negativos**, devem entender-se os impactos negativos mais significativos das decisões de investimento sobre os factores de sustentabilidade nos domínios das questões ambientais, sociais e laborais, do respeito pelos direitos humanos e da luta contra a corrupção e o suborno.

categorias ambientais, sociais ou de governação, são sistematicamente excluídas do Universo de Investimento ESG;

2. Exclusões baseadas em sectores e normas: O Subfundo aplica o quadro comum de exclusão, conforme referido detalhadamente na política de exclusão da Sociedade Gestora (disponível em am.oddobhf.com). Este quadro abrange nomeadamente o carvão, o petróleo e as armas não convencionais. Adicionalmente, o Subfundo exclui todos os investimentos na produção de entretenimento adulto, armas convencionais, jogos de azar e OGM. O Subfundo também não poderá investir nos sectores da energia (petróleo, gás e carvão), de materiais, imobiliário, de transporte aéreo e de logística e companhias aéreas, com base em informações da Bloomberg.

Este filtro ESG inicial é revisto trimestralmente de acordo com a MSCI ESG Research. No caso de o Subfundo ter sido investido numa empresa excluída do universo de investimento, o Subfundo procederá a um desinvestimento total no prazo de 12 meses após a sua exclusão.

3. Consideração dos principais impactos negativos: A Sociedade Gestora define regras de controlo (pré-negociação) para certas actividades significativamente prejudiciais seleccionadas: exposição a armas controversas (PIN 14 e tolerância 0%), exposição a empresas que operam no sector dos combustíveis fósseis (PIN 4 e tolerância 0%), actividades com impacto negativo em zonas sensíveis do ponto de vista da biodiversidade (PIN 7 e tolerância 0%) e violações graves dos princípios do Pacto Global das Nações Unidas e das Directrizes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) para as Empresas Multinacionais (PIN 10 e tolerância 0%). São considerados outros PIN através de notações ESG ou de dados PIN específicos, mas sem restrições específicas.

4. Fortes controvérsias de acordo com a MSCI: empresas com investimentos sustentáveis segundo a MSCI ESG Research, mas com fortes controvérsias, serão excluídas do cálculo do investimento sustentável. A Classificação de controvérsia da MSCI fornece uma avaliação de eventos controversos e a sua gravidade numa classificação de zero (muito grave) a 10 (sem incidentes recentes).

5. Diálogo, compromisso e votação: as nossas políticas de diálogo, compromisso e votação apoiam o objectivo de não prejudicar significativamente através da identificação dos riscos mais relevantes e fazem ouvir a nossa voz para suscitar mudanças e melhorias.

COMO FORAM TIDOS EM CONTA OS INDICADORES DE IMPACTOS NEGATIVOS NOS FACTORES DE SUSTENTABILIDADE?

O Regulamento de Taxonomia da UE (UE) 2020/852 define certos domínios de preocupação que podem ter um principal impacto negativo ("PIN"). A Sociedade Gestora aplica regras de pré-negociação em três PIN: exposição a armas controversas (PIN 14 e tolerância 0%), Intensidade de emissão de GEE por milhão de vendas para as emissões do âmbito 1 e 2 (PIN 3 e limite de 399 milhões de toneladas (Mt) de equivalente CO₂/milhão de receitas se o investimento não tiver a sua estratégia climática certificada pela iniciativa Science Based Targets (SBTi) o que representa um compromisso ou uma estratégia muito abaixo dos 2 graus), exposição a empresas que operam no sector dos combustíveis fósseis (PIN 4 e tolerância 0%), actividades com impacto negativo em zonas sensíveis do ponto de vista da biodiversidade (PIN 7 e tolerância 0%) e violações graves dos princípios do Pacto Global das Nações Unidas e das Directrizes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) para as Empresas Multinacionais (PIN 10 e tolerância 0%).

Além disso, as Classificações ESG da MSCI integram temas ambientais, sociais e de governação em que a recolha de outros dados PIN principais para as empresas e organizações soberanas pode apoiar a sua classificação ESG. A análise ESG inclui, para as empresas, quando os dados estão disponíveis, a monitorização das emissões de gases com efeito de estufa (PIN 1), a falta de processos e mecanismos de controlo da conformidade com os princípios do Pacto Global das Nações Unidas ou com as Directrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais (PIN 11) e a diversidade de género nos Conselhos de Administração (PIN 13). Inclui também, para os emitentes soberanos, a intensidade de emissão de gases com efeito de estufa per capita (PIN

15 normalmente baseado no produto interno bruto e não per capita) e países beneficiários do investimento sujeitos a violações de cariz social (PIN 16).

No entanto, a Sociedade Gestora não estabelece objectivos específicos ou regras de controlo definidas sobre estes outros PIN principais, excepto os mencionados no primeiro parágrafo.

Mais informações sobre as Classificações ESG da MSCI: <https://www.msci.com/zh/esg-ratings>

COMO SÃO OS INVESTIMENTOS SUSTENTÁVEIS ALINHADOS COM AS DIRECTRIZES DA OCDE PARA AS EMPRESAS MULTINACIONAIS E OS PRINCÍPIOS ORIENTADORES DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE EMPRESAS E DIREITOS HUMANOS?

A Sociedade Gestora assegura que os investimentos sustentáveis do Subfundo estão em conformidade através da aplicação da sua lista de exclusão do Pacto Global das Nações Unidas (Pacto Global da ONU), conforme referido detalhadamente na política de exclusão da Sociedade Gestora. As violações comprovadas das Directrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais e/ou dos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos resultarão também em exclusão.



ESTE PRODUTO FINANCEIRO CONSIDERA OS PRINCIPAIS IMPACTOS NEGATIVOS NOS FACTORES DE SUSTENTABILIDADE?

☒ Sim, a Sociedade Gestora tem em conta os riscos de sustentabilidade ao integrar critérios ESG (ambientais, sociais e de governação) no seu processo de tomada de decisões de investimento, tal como acima estabelecido. De igual modo, este processo permite avaliar a equipa de gestão a nível de gestão dos impactos negativos das suas actividades sobre o desenvolvimento sustentável. A exposição a armas controversas (PIN 14), Intensidade de emissão de GEE por milhão de vendas para as emissões do âmbito 1 e 2 (PIN 3 e limite de 399 milhões de toneladas (Mt) de equivalente CO₂/milhão de receitas se o investimento não tiver a sua estratégia climática certificada pela iniciativa Science Based Targets (SBTi) o que representa um compromisso ou uma estratégia muito abaixo dos 2 graus), a empresas que operam no sector dos combustíveis fósseis (PIN 4), actividades com impacto negativo em zonas sensíveis do ponto de vista da biodiversidade (PIN 7) e violações graves dos princípios do Pacto Global das Nações Unidas e das Directrizes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) para as Empresas Multinacionais (PIN 10) não é tolerada e quaisquer emittentes deste tipo são excluídos da carteira.

☐ Não



QUAL É A ESTRATÉGIA DE INVESTIMENTO SEGUIDA POR ESTE PRODUTO FINANCEIRO?

O Subfundo visa a valorização do capital investindo em acções cotadas em bolsa a nível mundial com exposição à mega tendência global “inteligência artificial” através de uma selecção de subtemas relacionados. O Subfundo tem como objectivo o investimento sustentável, na acepção do número 3 do artigo 9.º do SFDR. O objectivo de investimento sustentável do Subfundo é contribuir para a redução do carbono e aproveitar as oportunidades decorrentes da transição para uma economia de baixo carbono, para alcançar os objectivos a longo prazo do Acordo de Paris de 12 de Dezembro de 2015* para limitar o aquecimento global.

I) Com base no universo de investimento resultante da análise de grandes volumes de dados, é então realizada uma análise ESG (Ambiente, Social e Governação) sobre os emittentes resultantes, que formam o “Universo de Investimento ESG”. Graças a uma abordagem de selectividade que abrange uma grande maioria dos títulos do Universo de Investimento ESG, pelo menos 20% do Universo de Investimento ESG é eliminado. Esta abordagem de selectividade é realizada através de duas fases e depois complementada por considerações de redução das emissões de carbono:

Primeira fase: exclusões sectoriais O Subfundo aplica o quadro comum de exclusão, conforme referido detalhadamente na política de exclusão da Sociedade Gestora (disponível em am.oddo-bhf.com). Este quadro

abrange nomeadamente o carvão, o petróleo e as armas não convencionais. Adicionalmente, o Subfundo exclui todos os investimentos na produção de entretenimento adulto, armas convencionais, jogos de azar e OGM. O Subfundo também não poderá investir nos sectores da energia (petróleo, gás e carvão), de materiais, imobiliário, de transporte aéreo e de logística e companhias aéreas, com base em informações da Bloomberg. Poderá encontrar mais informações relativas à Política de Exclusão da Sociedade Gestora em "am.oddo-bhf.com".

Segunda fase: classificação ESG Esta fase consiste na consideração da classificação ESG na grande maioria das empresas no Universo de Investimento ESG, seja essa classificação proveniente da classificação interna da equipa de gestão ou do fornecedor externo de dados não financeiros da equipa de gestão. O filtro ESG do fornecedor externo de dados não financeiros da equipa de gestão baseia-se na Classificação ESG da MSCI que avalia a exposição de empresas aos riscos e oportunidades relativos aos critérios ESG numa escala que varia de CCC (classificação mais baixa) a AAA (classificação mais alta). Tem por base as subclassificações numa escala de 0 (pior) a 10 (melhor) nas áreas ambientais, sociais e de governação. A combinação de processos de classificação externa e interna reduz ainda mais o Universo de Investimento ESG do Subfundo a fim de determinar o seu universo elegível: as empresas que não são seguidas pelo modelo interno da equipa de gestão e com uma Classificação ESG da MSCI de CCC e B, se a subclassificação ESG da MSCI for inferior a 3 numa das categorias ambientais, sociais ou de governação, são sistematicamente excluídas do Universo de Investimento ESG. Quando uma empresa detida na carteira é alvo de uma descida de notação, deixando de respeitar uma destas restrições, a equipa de gestão tem três meses para desinvestir. A classificação ESG média ponderada da carteira será superior à do Universo de Investimento ESG.

Pelo menos 90% dos emitentes em carteira tem uma classificação ESG e uma análise da pegada de carbono na sequência da ponderação de cada título). Também são considerados fundos-alvo com uma classificação ESG a nível do fundo. Terceira fase: Exclusão de GEE Esta fase consiste na consideração da emissão de GEE.

II) A abordagem de selectividade é complementada por considerações de redução das emissões de carbono. O Subfundo tem em consideração os dados relacionados com as emissões de carbono para alcançar os objectivos a longo prazo do Acordo de Paris para limitar o aquecimento global. Para tal, o Subfundo investirá em empresas que reduzam a sua pegada de carbono através da monitorização dinâmica do seu progresso na redução das emissões em absoluto no âmbito 1 (emissões directas de fontes detidas ou controladas), âmbito 2 (emissões indirectas associadas ao consumo de energia para produção de bens e serviços) e âmbito 3 (todas as outras emissões indirectas que ocorram na cadeia de valor de uma empresa), utilizando o fornecedor externo da MSCI.

Estão disponíveis mais informações sobre a metodologia e a classificação ESG, bem como sobre o relatório ESG do Subfundo, em am.oddo-bhf.com.

A equipa de gestão terá em consideração os emitentes que demonstrem um compromisso com as alterações climáticas e/ou demonstrem potencial de transição para uma economia hipocarbónica com base em vários enquadramentos de mercado reconhecidos: empresas com estratégia de redução de carbono certificada pela SBTi (Iniciativa Science Based Target), alinhamento das receitas com a taxonomia da UE e melhoria da proporção verde das actividades das empresas. Por último, o Subfundo atingirá emissões de carbono 30% inferiores às do índice de referência, o MSCI World NR, tal como medido pela intensidade de carbono (tCO₂/milhões de USD; agregado a nível de carteira incluindo o âmbito 1, âmbito 2 e âmbito 3). Um mínimo de 90% do património líquido do Subfundo está sujeito a uma análise não financeira, com o apoio de um fornecedor de *research* ESG externo.

QUAIS SÃO OS ELEMENTOS OBRIGATÓRIOS DA ESTRATÉGIA DE INVESTIMENTO UTILIZADA PARA SELECIONAR OS INVESTIMENTOS A REALIZAR PARA CUMPRIR O OBJECTIVO DE INVESTIMENTO SUSTENTÁVEL?

O Subfundo aplica o quadro comum de exclusão, conforme referido detalhadamente na política de exclusão da Sociedade Gestora (disponível em am.oddo-bhf.com). Este quadro abrange nomeadamente o carvão, o

A estratégia de investimento orienta as decisões de investimento com base em factores como os objectivos de investimento e a tolerância ao risco.

petróleo e as armas não convencionais. Adicionalmente, o Subfundo exclui todos os investimentos na produção de Entretenimento adulto, armas convencionais, jogos de azar e OGM.

O Subfundo também não poderá investir nos sectores da energia (petróleo, gás e carvão), de materiais, imobiliário, de transporte aéreo e de logística e companhias aéreas, com base em informações da Bloomberg. Poderá encontrar mais informações relativas à Política de Exclusão da Sociedade Gestora, contendo detalhes adicionais sobre a integração ESG e os limiares de exclusão, em “am.oddo-bhf.com”.

QUE POLÍTICA É IMPLEMENTADA PARA AVALIAR AS PRÁTICAS DE BOA GOVERNAÇÃO DAS EMPRESAS BENEFICIÁRIAS DO INVESTIMENTO?

A Política de Investimento Sustentável do ODDO BHF Global detalha a nossa definição e avaliação de boa governação e exige que as práticas de boa governação se baseiem na qualidade da equipa de gestão, na estratégia de desenvolvimento sustentável, nos direitos dos accionistas minoritários, nos processos e no histórico de luta contra a corrupção, bem como noutros critérios. Um bom indicador do grau de alinhamento das estratégias das empresas com os aspectos sustentáveis é o seu posicionamento em relação ao Pacto Global das Nações Unidas. Ao comprometer-se com os dez princípios sobre direitos humanos, laborais, ambientais e da luta contra a corrupção, a empresa envia um sinal positivo quanto a fortes ambições no sentido de um ecossistema financeiro orientado para o longo prazo. A Gestão do Fundo também verifica se as empresas implementaram uma política de sustentabilidade ou se definiram objectivos relacionados. Neste caso, são analisados de forma mais aprofundada os meios postos em prática para os alcançar, quem assume a responsabilidade e o alinhamento com a remuneração da gestão dos quadros superiores.

As práticas de **Boa Governação** assentam na solidez das estruturas de gestão, nas relações laborais, nas práticas de remuneração do pessoal e no cumprimento das obrigações fiscais.



QUAL É A ALOCAÇÃO DOS ACTIVOS E A PERCENTAGEM MÍNIMA DE INVESTIMENTOS SUSTENTÁVEIS?

O Subfundo visa a valorização do capital investindo em acções cotadas em bolsa a nível mundial com exposição à mega tendência global “inteligência artificial” através de uma selecção de subtemas relacionados.

Um mínimo de 90% do valor patrimonial líquido do Subfundo é investido em investimentos sustentáveis.

O Subfundo também pode deter até 10% na categoria “Não sustentáveis”, conforme definido abaixo, incluindo nos restantes investimentos do produto financeiro, não alinhados com características ambientais ou sociais nem qualificados como investimentos sustentáveis.

O Subfundo investe pelo menos 0% do seu património líquido em actividades alinhadas com a taxonomia, ponderado pela percentagem do volume de vendas alinhadas com a taxonomia de cada emitente.

Existe um mínimo de 90% de investimentos sustentáveis com um objectivo ambiental que não estão alinhados com a taxonomia da UE.

Pelo menos 90% dos emitentes em carteira tem uma classificação ESG na sequência da ponderação de cada título. Também são considerados fundos-alvo com uma classificação ESG a nível do fundo.

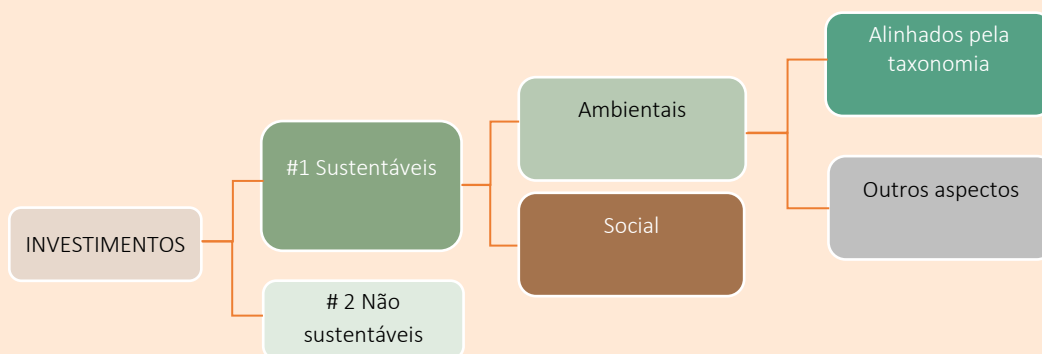
A **alocação dos activos** descreve a quota-parte dos investimentos em activos específicos.

As actividades alinhadas pela taxonomia são expressas em percentagem:

- **volume de negócios**, reflectindo a parte das receitas proveniente das actividades ecológicas das sociedades beneficiárias do investimento

- **despesas de capital** (CapEx), demonstrando os investimentos ecológicos realizados pelas empresas beneficiárias do investimento, p. ex. com vista à transição para uma economia verde.

- **despesas operacionais** (OpEx), reflectindo as actividades operacionais ecológicas das empresas beneficiárias do investimento.



#1 Sustentáveis abrange os investimentos sustentáveis com objectivos ambientais ou sociais.

#2 Não sustentáveis inclui os investimentos que não são qualificados como investimentos sustentáveis.

DE QUE FORMA A UTILIZAÇÃO DE DERIVADOS CONTRIBUI PARA O CUMPRIMENTO DO OBJECTIVO DE INVESTIMENTO SUSTENTÁVEL?

Os derivados não são activamente utilizados para reforçar o alinhamento em matéria de ESG ou diminuir o risco ESG. Como parte da estratégia de investimento, o Subfundo está autorizado a tomar posições em derivados para fins de investimento e de cobertura. Os derivados utilizados para fins de investimento têm como activos subjacentes um investimento sustentável e, por conseguinte, contribuem para a consecução do objectivo ambiental.



EM QUE MEDIDA, NO MÍNIMO, ESTÃO OS INVESTIMENTOS SUSTENTÁVEIS COM UM OBJECTIVO AMBIENTAL ALINHADOS COM A TAXONOMIA DA UE¹?

O PRODUTO FINANCEIRO INVESTIU EM ACTIVIDADES RELACIONADAS COM O GÁS FÓSSIL E/OU A ENERGIA NUCLEAR QUE CUMPRIAM A TAXONOMIA DA UE?

☐ Sim

☐ Gás fóssil

☐ Energia nuclear

☒ Não

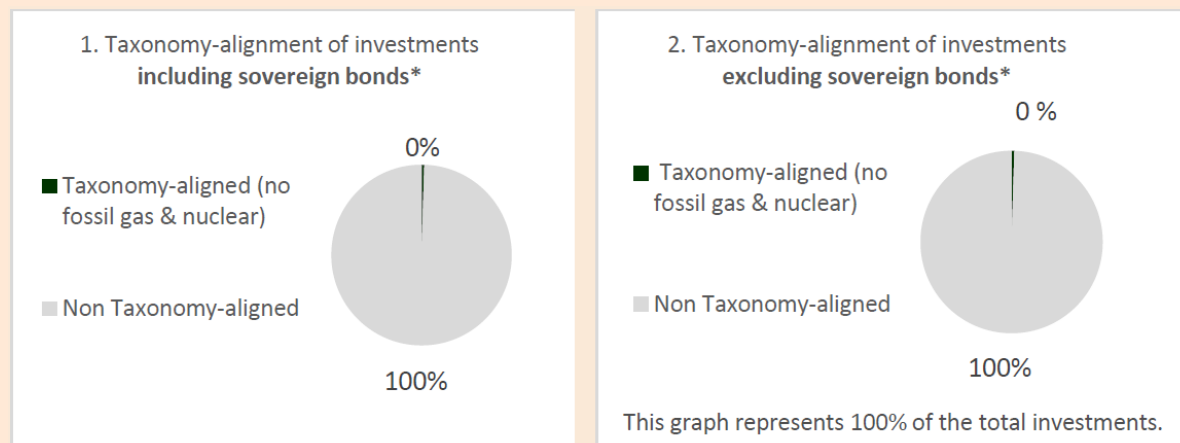
O gestor de fundos analisa as posições da carteira de acordo com critérios ESG. Os investimentos em energia nuclear e gases fósseis não estão excluídos do Fundo. Não se destina ao Fundo uma proporção mínima de actividades relacionadas com energia nuclear e/ou gases fósseis que correspondem à Taxonomia.

¹ As actividades relacionadas com o gás fóssil e/ou nuclear só respeitarão a taxonomia da UE se contribuírem para limitar as alterações climáticas ("mitigação das alterações climáticas") e não prejudicarem significativamente qualquer objectivo da taxonomia da UE – ver nota explicativa na margem esquerda. Todos os critérios aplicáveis às actividades económicas nos domínios do gás fóssil e da energia nuclear que cumprem a taxonomia da UE são definidos no Regulamento Delegado (UE) 2022/1214 da Comissão.

As **actividades capacitantes** permitem directamente que outras actividades contribuam de forma substancial para um objectivo ambiental.

As **actividades de transição** são actividades para as quais ainda não existem alternativas hipocarbónicas e que, entre outras, apresentam níveis de emissões de gases com efeito de estufa que correspondem ao melhor desempenho.

Os dois gráficos que se seguem mostram, a verde, a percentagem mínima de investimentos que estão alinhados com a taxonomia da UE. Uma vez que não existe uma metodologia adequada para determinar o alinhamento das obrigações soberanas com a taxonomia*, o primeiro gráfico apresenta o alinhamento com a taxonomia no que respeita a todos os investimentos do produto financeiro, incluindo as obrigações soberanas, enquanto o segundo apresenta o alinhamento com a taxonomia apenas em relação aos investimentos do produto financeiro que não sejam obrigações soberanas.



* Para efeitos destes gráficos, as “obrigações soberanas” consistem em todas as exposições a dívida soberana

Em 26 de Setembro de 2023, os investimentos alinhados com a taxonomia do gráfico 2, excluindo as obrigações soberanas, representam 100% dos investimentos totais. Esta percentagem pode variar para cima ou para baixo.

QUAL É A PERCENTAGEM MÍNIMA DOS INVESTIMENTOS EM ACTIVIDADES DE TRANSIÇÃO E CAPACITANTES?

A percentagem mínima é de 0%.



QUAL É A PERCENTAGEM MÍNIMA DE INVESTIMENTOS SUSTENTÁVEIS COM UM OBJECTIVO AMBIENTAL QUE NÃO ESTÃO ALINHADOS COM A TAXONOMIA DA UE?

Existe um mínimo de 89,5% de investimentos sustentáveis com um objectivo ambiental que não estão alinhados com a taxonomia da UE.



QUAL É A PROPORÇÃO MÍNIMA DOS INVESTIMENTOS SUSTENTÁVEIS COM UM OBJECTIVO SOCIAL?

A percentagem mínima de investimentos sustentáveis com um objectivo social é de 0%, mas o Subfundo pode ter investimentos com um objectivo social.



QUE INVESTIMENTOS ESTÃO INCLUÍDOS NA CATEGORIA “#2 NÃO SUSTENTÁVEIS”, QUAL É A SUA FINALIDADE, E FORAM APLICADAS SALVAGUARDAS MÍNIMAS EM MATÉRIA AMBIENTAL OU SOCIAL?

Os investimentos incluídos na categoria “#2 Outros” são derivados e outros activos a título acessório, tais como instrumentos do mercado monetário, sem salvaguardas mínimas em matéria ambiental ou social aplicadas. O impacto destes activos é considerado como neutro para o objectivo de investimento sustentável do Subfundo. Os derivados utilizados para fins de investimento têm como activos subjacentes um investimento sustentável e, por conseguinte, contribuem para a consecução do objectivo ambiental.



FOI DESIGNADO UM ÍNDICE DE REFERÊNCIA ESPECÍFICO PARA EFEITOS DA REALIZAÇÃO DO OBJECTIVO DE INVESTIMENTO SUSTENTÁVEL?

Não foi designado um índice de referência específico para efeitos da realização do objectivo de investimento sustentável.

Os **índices de referência** são índices utilizados para aferir se o produto financeiro cumpre o objectivo de investimento sustentável.

DE QUE FORMA O ÍNDICE DE REFERÊNCIA TEM EM CONTA OS FACTORES DE SUSTENTABILIDADE DE FORMA CONTINUAMENTE ALINHADA COM O OBJECTIVO DE INVESTIMENTO SUSTENTÁVEL?

Não aplicável.

DE QUE FORMA É CONTINUAMENTE ASSEGURADO O ALINHAMENTO DA ESTRATÉGIA DE INVESTIMENTO COM A METODOLOGIA DO ÍNDICE?

Não aplicável.

DE QUE FORMA O ÍNDICE DE REFERÊNCIA DESIGNADO DIFERE DE UM ÍNDICE GERAL DE MERCADO RELEVANTE?

Não aplicável.



ONDE POSSO OBTER MAIS INFORMAÇÕES ESPECÍFICAS SOBRE O PRODUTO NA INTERNET?

É possível obter mais informações específicas sobre o produto no site: am.oddo-bhf.com